

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

REQUERIMENTO N° , DE 2015

(Do Srº Zé Geraldo)

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão da Integração, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater sobre o Novo Código Mineral.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvido o Plenário, a Comissão de Minas e Energia realize Audiência Pública em conjunto com a Comissão Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para se discutir o Novo Código Mineral.

Requeremos, ainda, que sejam convidados para participar da Audiência Pública: Ministério de minas e Energia; DNPM, Casa Civil; Ministério do Meio Ambiente; Entidades empresarial; Cooperativas e Associações ligadas à atividade; Entidades não governamentais e Governos de Estado e outros.

JUSTIFICAÇÃO

A atividade mineral está presente em potencial em todos os estados e municípios brasileiros, mas como sabemos, o que mais aparece é o minério de ferro,

ouro, bauxita e cobre. Mas envolve diversas atividades minerárias presente em qualquer município, como retirada de areia ou pedra, por exemplo.

Por tanto, precisamos construir um Código Mineral que leve em conta todas essas atividades, em consideração ao presente e ao futuro das gerações.

Essa discussão se dá em um momento onde o minério de ferro está em baixa e o imposto do minério - o CFEN - Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais – é uma das principais bandeiras de estados e municípios mineradores. Temos que pensar também em garantia de política sustentável para os trabalhadores autônomos, cooperativas, pequenos e médias empresas que trabalham com a atividade.

Para finalizar, ressalto a fundamental importância de se cravar no Código uma proposta que atenda aos municípios impactados, que chamo de Territórios Minerais, são aqueles que não possuem extração do minério no próprio município , mas que sofrem seus impactos. A ideia é a criação de um Fundo Territorial Mineral para os municípios do entorno.

Sala da Comissão, em de agosto de 2015.

Deputado Zé Geraldo